

## Legislativo quer adesão do Brasil ao Protocolo de combate ao tabaco ilegal

Para celebrar o Dia Mundial Sem Tabaco foi realizada na Câmara dos Deputados, no dia 28 de maio, uma audiência pública sobre o Protocolo do Mercado Ilícito de Produtos de Tabaco, previsto no artigo 15 da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco da OMS.

O deputado Darcísio Perondi, vice-líder do (PMDB-RS), que presidiu a audiência pública, afirmou que vai mobilizar os deputados defensores da saúde e o líder do partido, Leonardo Picciani (PMDB-RJ), para pressionar o Governo a assinar o Protocolo e enviá-lo com urgência para aprovação no Parlamento.

O Brasil é um dos 180 países signatários da Convenção Quadro, e há informações de que o Protocolo está em análise no Ministério das Relações Exteriores. O comércio ilícito leva os jovens, sobretudo os mais pobres, a consumir cigarros contrabandeados, responsáveis também pela redução da arrecadação de impostos e pelo aumento da violência e do crime organizado.

Segundo Tânia Cavalcante, secretária-executiva CONICq, o mercado ilegal de cigarros e produtos de tabaco deve ser encarado como problema de saúde pública. A arrecadação oficial do Governo com cigarros chega a R\$ 6,3 bilhões. No entanto, a evasão fiscal provocada pelos produtos ilegais contrabandeados fica em torno de R\$ 4,4 bilhões.

A representante da Conicq também informou que a partir de 1998, quando teve início um novo modelo de preços e impostos para os cigarros (aumento de 60% do IPI), houve redução do consumo, mas não do contrabando.

Segundo pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2006 e 2013, a prevalência de fumantes no Brasil caiu de 18,2% para 14,7%. No entanto, o consumo de cigarros ilegais aumentou de 15,8% para 29,7%. Nas regiões de fronteira, como o Rio Grande do Sul, esses percentuais são ainda mais assustadores e aumentaram de 23,5% para 40,7%.

"Esse protocolo vai permitir que o Brasil trabalhe não sozinho, como vem trabalhando hoje, mas com todos os países fronteiriços porque é preciso essa cooperação para que a gente possa ser eficiente na redução do consumo ilegal em nosso País.", finalizou Cavalcante.

Fonte: Gabinete Darcísio Perondi – edição: SE-Conicq

<http://darcisioperondi.com.br/brasil-ainda-nao-ratificou-protocolo-de-combate-ao-mercado-ilicito-de-cigarro/>